

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.803 - SP (2019/0014885-5)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : SILVIA SORIANO GANC**  
**ADVOGADO : ADRIANO BLATT - SP329706**  
**RECORRIDO : ITAUSEG SAUDE S/A**  
**ADVOGADO : ADILSON MONTEIRO DE SOUZA - SP120095**

**EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. RAZÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284 DO STF. DANO MORAL. ATO ILÍCITO NÃO DEMONSTRADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

SÍLVIA SORIANO GANC (SÍLVIA) ajuizou ação de reparação de danos morais contra ITAÚSEG SAÚDE S.A. (ITAÚSEG), alegando, em síntese, que a requerida teria negado a cobertura de exames de rastreamento bioquímico regularmente solicitados. Aduziu que, após recorrer ao Judiciário, realizou acordo que acarretou a extinção do processo, contendo cláusula que tornava definitiva liminar concedida e obrigava a ré ao reembolso das despesas tidas com os exames em questão. Afirmou que, ainda assim, o plano de saúde negou a custeá-los, motivo pelo qual requereu a sua condenação ao pagamento de danos morais.

O Juízo de Piso julgou improcedentes os pedidos iniciais (e-STJ, fls. 161/165).

Inconformada, SÍLVIA interpôs recurso de apelação, desprovido pelo Tribunal de origem, nos termos do acórdão assim ementado:

*AÇÃO INDENIZATÓRIA - Negativa de exame em plano de saúde — Ausência de prova da negativa. Além disso, mesmo diante da suposta negativa, estamos diante de descumprimento contratual que, por si só, não acarreta dano moral. Sentença mantida. Recurso improvido. (e-STJ, fl. 235)*

Os embargos de declaração opostos por SÍLVIA foram rejeitados (e-STJ, fls. 260/264).

Irresignada, SÍLVIA interpôs recurso especial, com base no art. 105,

III, *a e c*, da CF, sustentando, em síntese, dissídio jurisprudencial e violação dos arts. 374 e 1.022 do NCPC, 6º e 14 do CDC, 26 do Decreto nº 2.181/97, 12, 186, 187, 374, 389, 395, 345, 475, 475, 927 e 944 do CC porque (1) o acórdão recorrido padeceria de vícios de omissão, obscuridade ou contradição; e (2) existiria dano moral passível de indenização, decorrente da recusa de cobertura dos exames médicos regularmente solicitados (e-STJ, fls. 267/342).

Houve contrarrazões (e-STJ, fls. 362/379).

O recurso especial foi admitido pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 380/382).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

**(1) Da violação do art. 1.022 do NCPC**

Nas razões do apelo especial, SÍLVIA arguiu violação do art. 1.022 do NCPC sem, contudo, precisar a matéria acerca da qual o Tribunal de origem teria se omitido.

É de se ressaltar que tão somente a referência à violação do referido dispositivo, sem a particularização das teses e dos fundamentos sobre os quais o Tribunal de origem teria se omitido ou se pronunciado de forma obscura ou contraditória, constitui alegação genérica e mera irresignação.

Sendo assim, inviável a análise de negativa de vigência ao art. 1.022 do NCPC, pois as razões genéricas apresentadas, sem apontar de forma específica a questão omissa, obscura ou contraditória no julgamento do acórdão recorrido, inviabiliza de maneira fundamental a compreensão da controvérsia.

Nesse sentido, o seguinte precedente:

*AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADIMPLENTO CONTRATUAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. ALEGAÇÕES GENÉRICAS DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS INFRACONSTITUCIONAIS SEM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 284/STF. AFERIÇÃO DA CORREÇÃO DOS*

*CÁLCULOS. SÚMULA N. 7/STJ. ART. 359 DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.*

*SUMULA N. 211/STJ.*

*1. Incide o óbice previsto na Súmula n. 284 do STF na hipótese em que a deficiência da fundamentação do recurso não permite a exata compreensão da controvérsia.*

*2. Aplica-se a Súmula n. 7 do STJ quando o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclamar a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.*

*3. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 211/STJ quando a questão suscitada no recurso especial, não obstante a oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pela Corte a quo.*

*4. O acesso à via excepcional, nos casos em que o Tribunal a quo, a despeito da oposição de embargos de declaração, não regulariza a omissão apontada, depende da veiculação, nas razões do recurso especial, de ofensa ao art. 535 do CPC.*

*5. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no AREsp 601.201/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, j. 5/3/2015, DJe 16/3/2015)*

Aplica-se, nesse particular, a Súmula 284/STF.

## **(2) Da caracterização do dano moral**

No que tange ao dano moral arguido por SÍLVIA, é de se ressaltar que o Tribunal de origem, soberano na apreciação do acervo fático-probatório dos autos, concluiu que não ficou demonstrada a existência de recusa de cobertura dos exames médicos solicitados por parte do plano de saúde, razão pela qual estaria ausente a conduta ilícita a ensejar danos morais e a correspondente reparação.

Nesse sentido, transcreve-se o seguinte excerto do acórdão hostilizado:

*De fato, o documento a que a autora se refere (notificação de fls. 34/41) não foi respondida pela ré, o que não pode ser interpretado como recusa, ainda mais tendo em vista que, em juízo, a requerida se disponibilizou em fazer um acordo com a autora. (e-STJ, fl. 236)*

Conforme se nota, rever a conclusão jurídica adotada pela Corte Local demandaria inevitável revolvimento das provas dos autos, o que se revela inviável na estreita via do recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula nº 7 do STJ.

Nestas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

**MAJORO** em 5% o valor dos honorários advocatícios anteriormente fixados, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC, em desfavor de SÍLVIA.

Por derradeiro, advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

